

“FAMÍLIAS FORA DO ARMÁRIO”: EMOÇÕES E MOBILIZAÇÃO POLÍTICA EM UMA ASSOCIAÇÃO DE MÃES E PAIS DE FILHOS LGBT

Arthur Leonardo Costa Novo¹

INTRODUÇÃO

Explicitar o caráter político das concepções científicas, religiosas e morais sobre família e parentesco tem sido um empreendimento fundamental tanto de intelectuais quanto de movimentos feministas e pelas diversidades de gênero e orientação sexual. A busca pela legitimidade social e jurídica das “famílias que escolhemos” (WESTON, 1991) diante da naturalização dos laços das “famílias de origem”, as novas tecnologias reprodutivas, as homoconjugalidades e as homoparentalidades (cf. FONSECA, 2007; STRATHERN, 1995) são alguns fenômenos que caracterizam esse cenário de disputa. Formas de viver o parentesco tornaram-se espaços de transformação política, desestabilizando a concepção de que a família é natural e seus problemas são particulares. Neste contexto, venho pesquisando² desde 2016 a emergência de agentes, organizações e associações de mães e famílias de “filhos LGBT³”:

1 Doutor em Antropologia Social pelo PPGAS/UFRN e Mestre em Antropologia Social pelo PPGAS/UFSC. Atualmente é professor substituto do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e membro do grupo de pesquisa Gênero, Corpo e Sexualidade (GCS/UFRN) na mesma instituição.

2 Este trabalho foi apresentado originalmente no Simpósio Temático Família, gênero e sexualidades: cultura, conflito e transformação política do 13º Mundo de Mulheres e Fazendo Gênero 11, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, em agosto de 2017. É fruto de uma pesquisa etnográfica mais ampla realizada para a minha tese de doutorado sobre família e transexualidade (COSTA NOVO, 2021).

3 Utilizarei a sigla “LGBT” para me referir a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transsexuais e transgêneros ao longo deste texto, acompanhando o vocabulário utilizado no mundo social no contexto histórico de realização da pesquisa de campo. Porém, essa nomenclatura tem passado por transformações ao longo do tempo que atualizam a política identitária dos grupos e organizações que lutam por direitos civis e contra a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Recentemente, outras identidades foram assimiladas à sigla, que vem sendo chamada de “LGBTQIA+” por

grupos ativistas de familiares de homossexuais, travestis e transexuais que combatem a discriminação e reivindicam direitos relacionados à orientação sexual e identidade de gênero de seus filhos. Tenho acompanhado em especial a associação nacional Mães pela Diversidade.

Quando comecei a seguir as manifestações públicas nas redes sociais de algumas participantes das Mães pela Diversidade e as postagens diárias da organização no Facebook, aproximei-me como um dos “filhos LGBT” entusiasmado por conhecer um movimento de famílias que lutam pelos direitos de seus filhos “desviantes” (BECKER, 2008) dos modelos de identidades de gênero e de sexualidade heterossexuais. A partir de 2017, como parte de minha pesquisa de doutorado sobre transexualidade e família, as práticas e discursos de integrantes desta associação de “famílias de LGBT” se tornaram um objeto de pesquisa e análise. Além de fazer observação participante, também realizei entrevistas semiestruturadas com 12 mulheres que fazem parte da associação.

Pude acompanhar a atuação das Mães pela Diversidade em contextos diversos, embora os dados que eu trabalhe aqui sejam sobretudo relativos a encontros, rodas de conversa, reuniões, eventos, atividades e pessoas que acompanhei nas cidades de Recife e João Pessoa, onde realizei pesquisa de campo etnográfica “situada” (GUPTA e FERGUSON, 1997). Nesse mesmo período, também tive oportunidades de conhecer pessoas e/ou observar a atuação da associação em Florianópolis, São Paulo, Natal, Fortaleza, Goiânia e Aracajú. Destes outros lugares, São Paulo foi onde acompanhei de maneira mais próxima a associação, ainda que por um período curto, seguindo o Mães e suas integrantes em atividades realizadas na programação da Parada do Orgulho LGBT de 2017.

Neste artigo, meu objetivo é analisar como essas mulheres vivem sua participação na associação Mães pela Diversidade mobilizadas por um forte discurso emocional e moral, assim como os desafios para a atuação como um “movimento político” em função das características socioculturais e de articulação política diversas que cada coordenadoria encontra pelo Brasil e dos diferentes interesses, motivações, receios ou negociações no próprio contexto doméstico e familiar das participan-

diversos agentes dos movimentos sociais, de modo a incluir pessoas queer, intersexo, assexuais e “mais” outras identidades não citadas.

tes. Veremos como, para muitas delas, participar do Mães é tanto uma forma de combater a “LGBTfobia” e de disputar socialmente os sentidos morais do “desvio” (BECKER, 2008) de seus filhos; outras buscam o Mães para acessar a rede de contatos, especialistas e aliados que podem auxiliá-las em questões objetivas de seu cotidiano em função de problemas ou dilemas enfrentados em torno da orientação sexual ou identidade de gênero do filho; e muitas o fazem também como uma forma de afirmar, construir, negociar ou transformar relações com seus “filhos LGBT”.

Além desses diferentes interesses, existem ainda formas variadas de engajamento, assim como de manejo da visibilização de sua participação no coletivo, aderindo ou não à performance de uma “maternidade política” em torno de uma identidade de “mãe de LGBT” (NOVAIS, 2018). Assim, em cada contexto local, percebi diferenças importantes nas formas de associação e participação de integrantes, bem como nos modos de organização, mobilização, atuação e “luta” política do Mães. Desse modo, tecendo comparações sobre os afetos e relações que movem o engajamento de participantes nas atividades da associação, considerando seu contexto social, cultural e familiar, esboçarei considerações sobre as implicações destes para a extensão e a limitação da atuação do Mães nos âmbitos em que a associação se propõe a agir.

AS MÃES PELA DIVERSIDADE NO CONTEXTO DAS ORGANIZAÇÕES DE “FAMÍLIAS DE LGBT”

Grupos de famílias de homossexuais existem desde o final da década de 1990 no Brasil, quando o pioneiro Grupo de Pais de Homossexuais (GPH) foi criado em São Paulo (OLIVEIRA, 2013). Mais recentemente, Cristiane Baratto (2018) registrou em atividade, além do GPH e das Mães pela Diversidade, o Grupo Elos, as Mães pela Igualdade e as Famílias pela Diversidade. Ao longo da minha pesquisa, encontrei também a Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (ABRAFH), as Mães do Amor Incondicional, as Mães do Arco-íris, o Instituto Transvi-

ver⁴ e a Associação das Famílias de Transgêneros⁵. No final de 2021, um grupo de lideranças das Mães pela Diversidade na região Nordeste se separou da organização e fundou as Mães da Resistência, que também tem caráter nacional. Entre tantos grupos, associações e organizações, porém, nenhuma tem se projetado e visibilizado nacionalmente com mais eficácia do que as Mães pela Diversidade.

A organização já participa há vários anos da organização da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, evento de grande visibilidade nacional e internacional, uma vez que é uma das maiores paradas organizadas por movimentos sociais ligados às pautas da diversidade sexual e de gênero do mundo. O ano de 2016 foi o primeiro em que as Mães pela Diversidade participaram da parada de São Paulo em um trio elétrico próprio. Ocuparam, então, o terceiro carro, que levava o nome da associação. Nos anos seguintes, até 2019, quando ocorreu a última parada presencial antes da pandemia de Covid-19, o trio “Mães pela Diversidade”, “Famílias LGBT/Mães pela Diversidade” ou apenas “Famílias” foi o segundo carro da parada. Desse modo, o discurso do movimento sempre ganhava destaque logo nos primeiros trios elétricos que levam a multidão pela Avenida Paulista. Situação similar ocorria em outras paradas de menor proporção e expressão nacional, realizadas em outros estados e municípios.

Além da visibilidade pública proporcionada por eventos como esses, as Mães pela Diversidade têm participado de programas de televisão de abrangência nacional, como o matinal “Encontro”, com a jornalista Fátima Bernardes⁶, e o “Globo Repórter”, ambos na Rede Globo de Televisão, emissora de maior audiência no Brasil, como se sabe. O contraste entre os programas oferece pistas sobre as interpretações e enquadramentos que o tema das famílias com filhos LGBT vem rece-

4 Embora não se volte especificamente para famílias, o Instituto Transviver foi fundado a partir de desmembramentos das Mães pela Diversidade em Pernambuco.

5 Criada em 2019, a Associação das Famílias de Transgêneros é formada por famílias de crianças e adolescentes que são atendidos pelo Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual (AMTIGOS) do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo.

6 Fátima Bernardes tornou-se uma jornalista muito popular por ter apresentado por mais de 10 anos o Jornal Nacional, da Rede Globo, principal telejornal da televisão brasileira. Em função disso, a emissora idealizou o “Encontro” como um programa nos moldes de um famoso talk show de grande audiência apresentado por Oprah Winfrey, uma celebridade da televisão americana.

bendo do ponto de vista de segmentos médios da população, mais representados por esses programas: enquanto o programa diário de variedades de Fátima Bernardes é voltado a um público feminino e aborda o tema do ponto de vista dos valores e relações familiares no âmbito do cuidado com a saúde e a educação dos filhos, o “Globo Repórter”, programa semanal noturno que traz reportagens e documentários sobre temas que recebem uma abordagem mais “científica”, voltados a um público em geral mais escolarizado, aborda o tema na perspectiva das “mudanças de comportamento” nas famílias brasileiras, tomando de modo privilegiado o discurso dos “especialistas” das ciências médicas e saberes psi (psiquiatria, psicologia e psicanálise).

Inúmeras outras reportagens em sites, telejornais, jornais impressos e revistas nacionais e locais têm dedicado espaço à temática. Nesses veículos, as Mães pela Diversidade têm circulado suas narrativas de “aceitação” de modo a disputar com o “preconceito” e a “homotransfobia” dominantes na sociedade os sentidos da homossexualidade ou transexualidade/transgeneridade. Talvez o maior destaque até então tenha ocorrido quando algumas integrantes da organização participaram de dois capítulos da novela “A Força do Querer”, de Glória Perez, exibida em 2017 na faixa de horário “nobre” das 21h na Rede Globo de Televisão. Na trama, as Mães pela Diversidade foram parte do processo de reconciliação entre uma mãe e seu filho que se identificava como “transhomem”.

Em uma das cenas, Joyce, personagem de Maria Fernanda Cândido, e Ivan (antes Ivana), interpretado por Carol Duarte, conversam franca e honestamente pela primeira vez desde a “revelação” da identidade de gênero de Ivan. O diálogo ocorre após um episódio violento de agressão homofóbica que leva Ivan muito machucado a um hospital. O medo de perder o filho provoca uma radical mudança de atitude na mãe, que se mostra finalmente aberta a ouvir e entender o ponto de vista de Ivan, tentando “aceitar”. Enquanto negociam, com cuidado e afeto, a possibilidade de um entendimento mútuo, Joyce encontra em sua bolsa um cartão de visitas das Mães pela Diversidade. Ivan rapidamente aproveita a oportunidade para sugerir: “É um grupo de mães que têm filhos como eu. Quem sabe se você encontrá-las... Conversar com elas pode te ajudar também”. Depois, em outra cena, Joyce assiste em seu *tablet* a um vídeo em que uma das Mães pela Diversidade conta que é mãe de

um homem trans e defende que a transexualidade não é uma doença. A trajetória da personagem na novela faz a ficcionalização dos passos da “carreira moral” da mãe de um “filho LGBT”, que deve passar do “sofrimento” à “aceitação” em um processo que modifica seus valores e as torna “pessoas melhores” (cf. OLIVEIRA, 2013; NOVAIS, 2018).

Ao analisar a atuação do Grupo de Pais de Homossexuais (GPH), Leandro de Oliveira (2013) argumentou que este produzia e difundia na dimensão micropolítica das relações domésticas um conjunto de classificações sociais para as famílias atribuírem sentidos positivados para a sexualidade “desviante” (BECKER, 2008) dos filhos a partir da ideia de uma “homossexualidade respeitável”. Assim, pessoas homossexuais e seus relacionamentos poderiam ser julgados pelos mesmos critérios morais e éticos que existem em torno da heterossexualidade. Ao mesmo tempo, o GPH conduzia os pais ao aprendizado de uma nova “linguagem das emoções” para viver as relações com esses filhos e restaurar o valor do vínculo então fragilizado pela “revelação” da homossexualidade. O que as Mães pela Diversidade têm feito é ampliar o alcance e a penetração desses discursos nas mais diversas esferas sociais e institucionais, investindo na ocupação de um “lugar de fala” público para a produção abrangente de discursos e representações culturais alinhadas com a narrativa política de “aceitação”.

“O Mães”, como chamam coloquialmente as integrantes, é uma associação de mães e alguns poucos pais de “filhos LGBT” que se organiza desde 2014 a partir desta identidade de “Mães pela Diversidade”. Fundada originalmente como um “coletivo” de pessoas que já se articulavam contra a “homotransfobia”, tanto individualmente quanto em outros grupos (NOVAIS, 2018), tinham em comum a intenção de se juntar como familiares de “filhos LGBT” para “lutar pela causa”. Buscando afastar-se, então, de qualquer filiação partidária ou ideológica, as Mães pela Diversidade se definem como um grupo que tem por princípio ser “independente, laico e suprapartidário” (GIORGI, 2015). Adotam um discurso universalizante com a intenção de alcançar famílias de diferentes contextos socioculturais, com valores e crenças diversas.

Mobilizadas, assim, por razões sociais (“bullying”, “opressão”, “segregação”, “discriminação”, “homotransfobia”, “avanço do fundamentalismo”), emocionais e morais (“preocupação”, “medo”, “amor”), formulam e organizam seus objetivos (“empoderamento”,

“cuidado”, “acolhimento”) em torno de duas formas de atuação: enquanto um “movimento político” e como um “espaço de acolhimento” que mobiliza um “time de profissionais”, especialistas de áreas como direito, medicina e psicologia, consideradas importantes para oferecer suporte às famílias e seus “filhos LGBT”. Nesse sentido, as Mães pela Diversidade travam duas “lutas”: uma pela “diversidade sexual e de gênero” e outra pela costura de relações entre mães e filhos a partir da “aceitação”, empreendidas tanto em uma dimensão pública quanto no âmbito doméstico (NOVAIS, 2018). Veremos que, embora o objetivo seja alimentar ambas as “lutas” mutuamente, por vezes as estratégias para um ou outro fim podem se tornar conflitantes, sobretudo porque a política de visibilidade de “botar a cara no sol” por vezes afasta mães e famílias com conflitos ou que “não aceitam” e precisariam de “acolhimento”.

Além da visibilidade midiática e do uso intensivo de redes sociais na internet, a atuação política envolve o trabalho contínuo de *advocacy* para transformar valores e práticas de “LGBTfobia” em diferentes instituições públicas ou privadas, como escolas, serviços de saúde e empresas. Também implica em articulações com o poder público, embora sempre provisórias e passageiras, e com outras organizações do “movimento LGBT”, do qual não se consideram parte, mas “aliadas”, uma vez que não ocupam o “lugar de fala” de “um LGBT”, que deve ter “protagonismo” sobre suas pautas. Enquanto mães de “filhos LGBT”, entendem que sua posição é a de lutar por outras famílias e pelos direitos civis de seus filhos e filhas. Para a legitimidade de sua atuação como “movimento político” e para fazer alianças e parcerias com outros agentes do mundo social LGBT, estabelecer essa distinção tem sido importante para negociar posição em situações de conflitos com outros agentes que consideram que elas são “mulheres heterossexuais” ocupando espaços que não são seus.

“O Mães” ramifica sua atuação em coordenações estaduais pelo Brasil e até 2021 estava presente em 23 estados. Organizam-se principalmente a partir de “salas”, grupos fechados no Facebook e no WhatsApp que reúnem apenas as mães e pais de cada região estadual para organizar encontros e atividades presenciais. Esses espaços de interação virtual coexistem com o Grupo Nacional Mães pela Diversidade no Facebook. Diferente das “salas”, este é aberto a receber pessoas de

qualquer localidade e é movimentado por muitas postagens diárias, boa parte delas de autoria de pessoas que não necessariamente consideram que participam do Mães: “filhos LGBT” ou mães que não se veem como integrantes da associação, mas que “seguem”, “curtem” e acompanham o grupo virtualmente em suas redes sociais. Parte das postagens são compartilhamentos de conteúdos de outras páginas contra a discriminação de gays, lésbicas e pessoas trans e de valorização e celebração identitária. Outras são pedidos de ajuda, que variam de busca de conselhos a chamados de socorro para “filhos” que foram expulsos de casa e precisam de um lugar para ficar por uma noite.

Quando comecei a acompanhar as atividades do Mães, chamava a minha atenção como esses pedidos de ajuda rapidamente mobilizavam redes de marcações de perfis no Facebook acionando lideranças e pessoas da região de onde vinha o pedido de ajuda. Depois, o processo foi organizado dentro de um fluxo que delegava a algumas participantes a função de monitorar, receber, filtrar e distribuir as demandas, na medida em que o Mães deixou de ser um “coletivo” de famílias para se formalizar institucionalmente e juridicamente como uma organização da sociedade civil, adotando uma forma de organização social mais corporativa e hierárquica.

É possível entender esse processo de preocupação com uma racionalização da gestão e práticas internas da associação como próximo ao que Carlos Guilherme do Valle (2002) chamou de “lógica de trabalho” em torno do valor do “profissionalismo” e da “eficiência” ao analisar a ONG/AIDS Grupo Pela Vidda do Rio de Janeiro, nos anos 1990. Este envolveu “[...] um processo contínuo de institucionalização racionalizada e formação burocrática, no qual a ONG baseava seu trabalho diário, atividades, rotinas, calendário e produção textual.” (VALLE, 2002, p. 196). No caso do Mães, pela ausência de sede e com grande parte das atividades sendo virtuais, tratou-se principalmente de um processo interno à coordenação nacional de distribuição de funções, do gerenciamento de tarefas e da agenda, da criação de fluxos internos, de setores especializados e de regras de conduta e atuação a serem seguidas por todas as coordenadorias. Procuram, desse modo, construir visibilidades e discursos públicos locais que mantenham uma coesão e um alinhamento com as diretrizes nacionais da organização.

Na próxima seção, buscarei aproximar-me dos discursos sobre família e gênero pelos quais agem e se posicionam as participantes do Mães, observando como estes são construídos em contraponto a conflitos e tensões relacionados à “revelação” da orientação sexual ou identidade de gênero nas famílias. Nesse contexto, discursos tradicionais sobre família, sobretudo ligados à maternidade, são articulados e atualizados de modo a legitimar as razões para que mães (ou pais) passem a respeitar e acolher a “diversidade” de seus filhos. Descreverei como, nesses processos, valores de gênero e família são performados, afirmados e reforçados pelas participantes da organização, que estendem esse repertório de modo a moralizar “a causa” e, assim, legitimar as vivências de gênero e sexualidade e os direitos de “filhos LGBT”.

“TIRE O SEU PRECONCEITO DO CAMINHO, QUEREMOS PASSAR COM O NOSSO AMOR”

A descoberta ou revelação da identidade sexual ou de gênero de um filho é vivida por muitas famílias como um momento de “choque”, uma vez que valores sobre gênero e sexualidade envolvendo moralidades que construíam suas visões de mundo são desafiados e violados pelos próprios filhos. O vínculo filial é precisamente o que torna a “descoberta” ou “revelação” tão perturbadora se concebermos, como quer Marshal Sahlins (2013), que entre parentes existem relações nas quais as pessoas se consideram “intrínsecas umas às outras”, compartilhando uma existência comum.

“Decepção” e “desespero”, assim como “vergonha”, “raiva”, “desgosto” e “tristeza”, são algumas das emoções que, se tomadas como “pensamentos incorporados” (ROSALDO, 2019), tratam da noção de que há uma espécie de traição à família, à “mutualidade” (SAHLINS, 2013) entre seus membros, visto que o “estigma” de um filho é sempre, em alguma medida, compartilhado pelos pais (GOFFMAN, 1988). São comuns afirmações acusatórias, que traçam comparações entre o “desvio” do filho e outros considerados também imorais – “Preferia um filho bandido do que *viado*”, “Preferia que você fosse puta”, “Por que se vestir de mulher? Preferia que você fosse gay” – mas situados em uma escala de valores de modo a ressaltar a gravidade da transgressão. Ou ainda, como observado por Oliveira (2013), fazem uso de uma lin-

guagem emocional que dramatiza a disrupção na relação – “Você morreu para mim!”.

Todos esses discursos são fortemente violentos do ponto de vista de filhos e filhas. A evitação e o silêncio também podem magoar e ofender (OLIVEIRA, 2019), embora sejam estratégias recorrentes para o manejo de relações familiares quando existem aspectos da vida do parente ou valores conflitantes que provocariam discordâncias e conflitos, sobretudo em relação à sexualidade (cf. ACOSTA, 2011; BRAINER, 2019). Produzem-se mágoas, rancores, tristezas, mas também desejos e idealizações de como o relacionamento familiar deveria ou poderia ser. Porém, a relação entre pessoas que se entendem e se sentem unidas por um vínculo com o valor “sagrado” que tem o parentesco e a família em nossa sociedade (FONSECA, 1995) pode se “adensar” ou se “diluir” ao longo do tempo (CARSTEN, 2000), mas dificilmente se rompe, dadas as condições emocionais, morais e jurídicas que conformam tais relações.

Nessa perspectiva, os conflitos que se configuram na família talvez sejam precisamente movimentos de “adensamento” desses vínculos, uma vez que mobilizam emoções profundas, intensas, viscerais, ainda que dolorosas, difíceis, perturbadoras. Por isso mesmo, afirmam o valor da relação de filiação, cuja importância é tamanha que, quando o filho entende que existe “aceitação”, esta é uma “dádiva” que se deve retribuir (OLIVEIRA, 2013), reforçando hierarquias familiares e reorganizando relações de poder ao firmar lealdades de filhos para com seus pais em torno de um senso quase mágico de “ter sorte” com a “reação” da família.

As Mães pela Diversidade produzem um discurso potente para ser incorporado, manejado e instrumentalizado nesses processos de negociação das relações familiares, uma vez que trabalham com ideias e sentimentos de forte valor social e cultural em torno da maternidade, da família e de seus significados. Entre os símbolos e significados para relações e afetos que articulam em sua discursividade pública, a emoção mais evocada é o “amor”. Está em postagens no Facebook, em palavras de ordem e no grande coração, colorido com tons próximos àqueles da bandeira do orgulho LGBT, que simboliza o grupo. Na versão original do símbolo, o coração se revelava um abraço em que uma figura maior envolvia protetoramente uma figura menor. Era um abraço entre mãe, caracterizada pela cor rosa, e filho, caracterizado pela cor azul, evo-

cando, portanto, não somente o amor como um valor ou o amor familiar, mas em especial o “amor materno”.

A representação do “amor” no vínculo filial entre mãe e filho explicitava que este é o valor central que aproxima as pessoas que participam do coletivo e que legitima a sua atuação política. É o símbolo basilar e unificador dos demais sentidos que manejam as Mães pela Diversidade em seu vocabulário de emoções. O “amor materno”, aqui, é evocado como aquele que estabelece uma relação de vida, de responsabilidade e de cuidado indissolúvel. Essa relação é “duradoura”, não por criar uma “solidariedade difusa”, como descreveu David Schneider (2016), mas por ser “concentrada”, “densa”. Para muitas interlocutoras, vem de partilhar o corpo, de “gerar”, “amamentar”, produzir e garantir a vida de modos que extrapolariam a dimensão do “sangue”, este sim uma substância que se dilui e se espraia, podendo mesmo se tornar “fino” ao longo do tempo, ou na falta de presença e de investimento na relação. Já o “amor materno”, fruto do partilhar de um corpo e suas substâncias, seria uma emoção diferente.

Frequentemente concebido como “instinto” que seria inerente à capacidade reprodutiva da mulher de gerar e dar a vida (BADINTER, 1985), o “amor materno” potencializa duas concepções amplamente difundidas nas culturas ocidentais modernas: a ideia de que as emoções são fenômenos físicos naturais e a sua vinculação imediata com o feminino (LUTZ, 1998). Ao contrário de outras emoções que são experimentadas apenas em determinadas situações e em intensidades variadas, o “amor materno” é tido como uma emoção universal, vivido naturalmente por todas as mulheres quando se tornam mães. Considerado puro, incondicional e inabalável, difere-se assim de outras formas de amor nas sociedades modernas ocidentais, como o amor conjugal ou o amor entre amigos (cf. COELHO e REZENDE, 2010).

*Marta*⁷, branca, professora universitária e uma liderança em Natal, e *Cristiane*, branca, advogada que integra o grupo de “especialistas” em São Paulo, apresentaram-me interpretações do que entendem caracterizar o “amor materno” e de sua importância para a “aceitação” da orientação sexual ou identidade de gênero dos “filhos LGBT”:

⁷ Utilizarei prenomes fictícios em itálico para interlocutores que não são figuras públicas. Pessoas que são lideranças políticas importantes e conhecidas das Mães pela Diversidade serão apresentadas por seu nome e sobrenome verdadeiro.

É uma coisa de, de gerar, e tudo. Por isso que... apesar de que eu vou te dizer que não é unânime. A gente tem lá os famosos “pães”, que são pais que se comportam como mães. Mas a mãe realmente tem essa coisa com o filho de gerar, de amamentar. Dá uma proximidade maior e tem muito mais facilidade em driblar situações, conflitos, doenças, adversidades e tudo. Mudanças... Então eu vejo que é feminino isso (Cristiane - São Paulo, 20 de junho de 2017).

Cristiane falou da naturalidade e da especificidade desta emoção como um sentimento feminino, traçando duas linhas argumentativas distintas para me explicar o motivo de mãe ter um “coração” diferente: uma explicação fundamentada na cultura e outra na natureza. A relação de mãe e filho é especial porque os atos de “gerar” e “amamentar” estabelecem maior “proximidade”, havendo a articulação entre um fator natural, que vem da gestação e da amamentação, e um fator sociocultural relacionado ao cuidado materno, mas mesmo este também resulta da natureza, que condiciona uma relação tida como especial do bebê com a mãe por sua dependência após nascer. É essa junção que cria a relação de resiliência às adversidades futuras. Mesmo que reconheça que existem pais ou “pães” que têm relacionamentos também de muita dedicação aos filhos, *Cristiane* avalia que estes seriam pais que “se comportam como mães”, estabelecendo a relação mãe e filho como a referência natural da qual esses pais se aproximam.

Marta trouxe uma interpretação que vai ao encontro desta oferecida por *Cristiane* no que se refere à importância da “proximidade” para solidificar de forma especial a relação entre mãe e filho. Entretanto, diferencia-se em um ponto fundamental: *Marta* questiona que este sentimento seja resultado dos aspectos biológicos da maternidade, atribuindo-o à construção social de uma relação pela prática do cuidado.

E é uma coisa muito esquisita de a gente falar isso, porque, a gente, “ah, é o maior amor do mundo”. [Pausa.] Eu acho que é um grande amor. Não sei se é o maior do mundo. Tem horas que eu acho que é. Mas também tem horas que eu acho que esse amor maior do mundo é, é meio que construído, porque... Se você cuida de alguém desde

criança, você vai ter o maior amor do mundo, não é? (Marta - Natal, 11 de maio de 2017).

Assim como *Marta*, outras interlocutoras relacionam “amor materno” e “cuidado” na vivência da maternidade, de modo que essa relação é importante no vocabulário do Mães. Sabendo do caráter social, partilhado e obrigatório desta e de toda emoção humana (MAUSS, 1979), entendemos que as emoções e seus significados são “um produto emergente da vida social” (LUTZ, 1998, p. 5) e precisam ser compreendidas nos contextos sociais e nas situações de interação em que são mobilizadas. Ao fazer do “amor materno” e do “cuidado” os baluartes para uma associação de “famílias de pessoas LGBT”, o Mães toca em noções morais básicas em torno dos sentidos de ser mãe e da relação entre mães e seus filhos que são estratégicas para legitimar a posição da qual falam e o que reivindicam.

Estes valores possibilitam conversar com outras mães de modo a tocá-las emocionalmente para considerar o ponto de vista que trazem a respeito do que significa ser mãe de um “filho LGBT” e como lidar com isso buscando chegar à “aceitação”. Enquanto o “amor materno” centraliza o discurso do Mães em torno de uma compreensão amplamente partilhada da maternidade na sociedade, a noção de “cuidado” mobiliza o “medo” da discriminação para a necessidade de “lutar” pela proteção dos filhos LGBT. Participar da associação é, desse modo, tanto uma forma de “amar” quanto de “cuidar” de “suas crias”.

Para as mulheres que “rejeitam”, “expulsam” e “não aceitam” seus filhos, as Mães pela Diversidade põem em jogo que tenham “amor” verdadeiro por seus filhos, visto que uma mãe que não ama seu filho incorre em uma falha moral gravíssima. Em um exemplo limite, o caso noticiado na mídia de uma mãe que assassinou o próprio filho por ser gay⁸ trouxe reações de horror, repulsa e caracterização daquela mulher por termos como “monstro” ou “demônio”, reações que acompanhei em comentários nas redes sociais. Ao longo da pesquisa de campo, várias interlocutoras se emocionaram e até mesmo choraram ao me dizer que não entendiam como existiam mães que rejeitavam ou mal-

8 “Mãe que matou o próprio filho por ser gay é condenada a 25 anos de prisão em São Paulo”, disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/mae-que-matou-filho-por-ele-ser-gay-e-condenada-a-25-anos-de-prisao-em-sp/>.

tratavam o próprio filho por “ser LGBT”. Dessa maneira, colocam em disputa o sentido de ser uma “boa mãe” para valorizar a “aceitação” como demonstração e prova de amor.

Ao “lutar pela causa”, as Mães pela Diversidade mobilizam o valor cultural do “amor materno” também como forma de construir uma autoridade moral inquestionável para reivindicar direitos para seus filhos, mostrando que eles têm direitos porque têm mãe, têm família, são amados, de modo que não são “filhos de chocadeira”. Criam desse modo condições para dialogar com outros segmentos da sociedade resistentes, arredios ou contrários às pautas de direitos para pessoas LGBT e adentrar espaços que de outro modo se recusariam a “ouvir a palavra da Cher”, como costuma brincar Maju Giorgi, liderança nacional do Mães, manejando um vocabulário que sugere “catequizar” as pessoas para respeitarem as diversidades de gênero e de sexualidade.

A referência cristã não é ao acaso, se considerarmos que, embora se proponham a ser um grupo “laico”, é recorrente o manejo de um vocabulário cristão, a começar pela própria simbologia do “amor materno”, que evoca “Maria, mãe de Deus”, seu amor irrestrito e seus sacrifícios. Um exemplo recente foi o Casamento Coletivo LGBTQ+ do Recife, organizado desde 2018 pela coordenação do Mães em Pernambuco em parceria com a Defensoria Pública do Estado, e realizado em 2020 como uma *live* no Youtube em função da pandemia de Covid-19. A cerimônia iniciou com um vídeo de celebração que trazia uma mensagem sobre união e luta, concluindo que é preciso “amar ao próximo como a ti mesmo”. Desse modo, as mães parecem ganhar outras dimensões da vida social manejando, como propôs Maya Mayblin (2012), a relação entre concepções cristãs sobre o amor de deus por seus filhos e os significados da maternidade e do “amor materno”.

Essa noção permite também que mães que “se arrependem” e se sentem “culpadas” pela forma como trataram seus filhos ao saber de sua sexualidade entrem no Mães pela Diversidade buscando uma espécie de redenção ao mostrar para o filho que sentem “orgulho” e “apoiam a causa”. Para algumas, isso pode significar o início de uma trajetória de militância e “luta”, o que transforma radicalmente suas biografias.

Talvez ninguém exemplifique melhor esse tipo de trajetória do que Gi Carvalho, que foi coordenadora do Mães de Pernambuco até 2021, quando deixou a organização para fundar as Mães da Resistência.

Oriunda de camadas populares e com ascendência indígena pela avó na linhagem materna, Gi tem um perfil distinto de outras lideranças que conheci em Natal, João Pessoa, Florianópolis e São Paulo, por exemplo, que eram mulheres brancas de camadas médias. Da rejeição enfática à homossexualidade da filha, Gi transformou de forma drástica a sua forma de conduzir a situação após um grave episódio de homofobia sofrido pela filha e a namorada. Tornou-se uma Mãe pela Diversidade e em pouco tempo estava se dedicando integralmente à associação, chegando a deixar o emprego, com o apoio financeiro do marido, que é motorista, para adotar uma vida extremamente movimentada de articulações políticas, organização de eventos, administração de conflitos e tensões com outros atores do movimento social LGBT e inúmeras participações em debates, programas de televisão, eventos em universidades etc. Ainda que cansativa, é uma vida que não quer e não consegue deixar, mesmo que, como me explicou, sua relação com a “condição sexual” de sua filha já esteja muito bem resolvida atualmente.

A forma como o Mães aglutina mulheres para se tornarem militantes da “causa” passa também por entender o fato de que, no “movimento”, tornam-se respeitadas, valorizadas e celebradas. A maneira como são recebidas nos mais diferentes lugares, com demonstrações públicas de afeto de diversas pessoas que elogiam e celebram o fato de serem mães que lutam contra a discriminação “LGBTfóbica”, situações em que muitas se emocionam e choram, é um exemplo de como a participação na associação traz retribuições simbólicas importantes porque as qualificam como “boas mães”. Além disso, são formas de reconhecimento que talvez não recebessem em outros espaços apenas por serem mães, ainda que a maternidade seja um atributo que confere “respeito” às mulheres (MAYBLIN, 2012).

O fato de o amor de mãe ser a emoção que traz legitimidade social e moral para a associação, em suas ações e pautas políticas, não significa que haja a intenção de excluir os pais. Pelo contrário. Uma explicação para a ênfase na identidade de “Mães” foi elaborada a Kaito Novais (2018) por um dos fundadores, Avelino Fortuna, que é um dos únicos pais participantes e engajados na associação: “Quando nós escolhemos também [o nome do coletivo], foi por entender que o nome ‘Mães’ é mais poderoso. Pai é uma consequência [risos], mas a mãe chama mais.” (NOVAIS, 2018, p. 57). A colocação de Avelino se referia ao apelo

“poderoso” da figura da “mãe” para um “movimento político” em torno de temas relacionados à família e aos filhos, sendo estratégica especialmente porque estão lidando com questões de sexualidades e gênero “desviantes”. Além disso, Avelino parece sugerir que, trazendo mães para a associação, os pais também viriam “como consequência”, acompanhando-as, o que de algum modo ressoa uma compreensão de que nas famílias geralmente cabe às mães envolver os pais em questões relacionadas ao cuidado dos filhos. Entretanto, como o próprio Avelino analisaria depois, há pouca participação de maridos de mulheres que fazem parte do Mães, mesmo os que “aceitam” os filhos. Retomaremos essa discussão mais adiante.

Em 2018, as Mães modificaram o coração símbolo da associação. As cores, antes em tons pastéis, predominando o rosa claro e o azul-bebê, agora são vivas como o arco-íris da bandeira do orgulho LGBT. A figura protetora não é mais rosa, mas azul, e o abraço acolhedor se transformou em um “dar as mãos” ao filho, formando um laço em forma de coração. O novo símbolo, que é menos maternal e feminino, acompanha, propositadamente ou não, o objetivo de agregar mais pais à associação.

FAMÍLIAS FORA DO ARMÁRIO...?

Nem todas as mães que participam das Mães pela Diversidade, seja virtualmente ou nas atividades presenciais, consideram que são “ativistas” ou “militantes”, recusando essas categorias com veemência. Essa atitude revela parte da dificuldade que o Mães enfrenta em trazer mais mães para a atuação política nas ruas, atividades e eventos. Embora a associação tenha um discurso contundente que chama as famílias para “sair do armário” e “botar a cara no sol”, a maioria das integrantes busca a associação como um grupo virtual de “ajuda mútua” para lidar com os dramas e conflitos de ter um filho LGBT, sem interesse de sair das relações pelas redes sociais para relações presenciais, disponibilidade de tempo para o ativismo ou condições para realizar esse movimento sem ter prejuízos à sua posição em diferentes redes de relações na família, nas amizades, no bairro, igreja ou no trabalho. Essa característica varia a depender do contexto regional e local onde o Mães atua.

A questão que se coloca é esta da relação entre campo de possibilidades e projetos, ou seja, entre “[...] as alternativas construídas do processo sócio-histórico [...]”, organizadas pelo sistema cultural, e o investimento em certas opções como “[...] resultado de complexos processos de negociação e construção que se desenvolvem com e constituem toda a vida social [...]” (VELHO, 2013, p. 123). Se existem coordenações das Mães pela Diversidade em diversas regiões do Brasil, por que este “movimento político” parece se articular melhor em certos contextos? Por que algumas pessoas investem neste projeto de “maternidade política” (NOVAIS, 2018) e outras não? Para expor os diversos contrastes que encontrei ao longo da pesquisa de campo, discutirei algumas ocasiões em que acompanhei as Mães pela Diversidade, concentrando-me sobretudo em dois eventos: a Feira Cultural da Diversidade no Largo do Arouche, em São Paulo, por ocasião da Parada do Orgulho LGBT de 2017, e uma roda de conversa para famílias de pessoas LGBT organizada pela coordenação da Paraíba no Centro de Cidadania LGBT da prefeitura de João Pessoa em 2019.

Começo retornando ao estande das Mães pela Diversidade na Feira Cultural da Diversidade, realizada tradicionalmente no Largo do Arouche. Aquele era possivelmente um dos estandes que contava com o maior número de pessoas para auxiliar, primeiramente, na montagem do espaço, finalizada pontualmente no horário de abertura da feira pela manhã, e depois no atendimento ao público. Havia muitos jovens e várias mulheres com a camiseta do Mães organizando a exposição dos diferentes itens que estavam à venda. Por volta das 11h, houve um burburinho geral com a chegada do então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, acompanhado por uma comitiva de assessores, repórteres de televisão e fotógrafos. Foi tudo muito rápido: o governador cumprimentou as coordenadoras nacionais, pronunciou algumas palavras, posou para fotos segurando a camiseta do grupo e então partiu, não sem que alguém entoasse “fascista!”, o que passou praticamente despercebido. Antes, em uma roda de conversa na qual fui introduzido, contaram-me que em 2016 ocorrera uma situação muito constrangedora porque uma mãe gritou “ladrão de merenda!”. Explicaram-me que o protesto era bastante compreensível, mas problemático naquele contexto, já que o governador estava apoiando “a causa”.

Uma das coordenadoras nacionais, Maju Giorgi, que introduzi antes, estava exultante. “Amanhã a gente vai estar em tudo que é jornal”, comemorava. Aquela foi a minha primeira oportunidade de interagir pessoalmente com essa que é uma das fundadoras e a principal liderança do Mães. Antes de chegar a São Paulo e durante minha estada na cidade, tentei por diversas vezes entrevistá-la, mas ela estava sempre ocupada. Vi uma mulher agitada e extrovertida que, entre um cigarro e outro, interagia habilmente com diferentes pessoas e dialogava com muitos integrantes de outros movimentos LGBT que estavam presentes no evento, tecendo estratégias sobre como trazer mais pessoas para a associação. De longe observei como, para um integrante de uma organização LGBT da região do ABCD paulista, Maju cobrava as indicações de mães que ele ficara de lhe enviar, orientando-o que queria mães que “lideram” e são “aglutinadoras”.

Com uma trajetória anterior à criação das Mães pela Diversidade já envolvida com o ativismo de famílias de pessoas LGBT, Maju não apenas conhece como se faz política, mas possui uma extensa rede de contatos em São Paulo, a qual maneja para articular a inserção do Mães em diferentes espaços. Essa rede, que é também resultado de toda uma trajetória de “paulistana nascida na Paulista” e que cresceu na Paulista, como ressaltou com satisfação, é igualmente central para formar os grupos de especialistas que oferecerem aconselhamento ou atendimento às famílias que buscam o Mães: psicólogos, médicos e advogados que, em muitos casos, Maju já conhecia e foi agregando ao grupo. A qualidade “aglutinadora”, que Maju identificava anteriormente como fundamental para o Mães, deve ser compreendida como resultado de uma rede de relações e influências como esta que ela própria manejava tão hábil e estrategicamente.

Dois dias depois, no sábado que antecedeu a Parada do Orgulho LGBT, participei da confraternização do grupo no Castro Burguer, uma hamburgueria da Vila Mariana, zona sul de São Paulo, região habitada pela classe média paulistana. Tratava-se de um estabelecimento com uma política de respeito às diversidades sexuais e de gênero, como o nome já sugere por fazer referência ao famoso bairro gay de São Francisco/EUA. Além das lideranças mais ativas do Mães de São Paulo e de outros estados, participaram do encontro muitos jovens, mulheres com a camiseta do Mães e um casal de pai e mãe com o filho. Conheci

e conversei com muitas pessoas ao longo do encontro, procurando identificar suas profissões. Percebi que os jovens eram estudantes universitários. Os adultos, a maioria mulheres heterossexuais casadas ou divorciadas, eram pessoas com curso superior em áreas como direito, psicologia e pedagogia.

A partir dessas observações, fui recortando um perfil geral do grupo paulistano. Eu estava dialogando com muitas mulheres brancas, heterossexuais, de classe média, a maioria delas com formação universitária e trabalhando na área de formação. Entretanto, embora eu tenha identificado essas características majoritárias de gênero, classe social, raça e escolaridade nesse contexto, é importante salientar que o grupo de São Paulo e a composição das Mães pela Diversidade em outras coordenadorias pelo país é bastante heterogênea. O grupo de São Paulo agrega muitas mulheres com um perfil de camadas médias, algo que foi observado igualmente por Baratto (2018) entre as Mães no Rio Grande do Sul, mas a associação também reúne outras tantas mulheres de camadas populares, negras, que criam os filhos com o apoio da parentela, enfim, mulheres de posições sociais variadas.

Delinear esse perfil mais geral me fez pensar se a expansão do movimento de mães em São Paulo não se deve também a transformações relacionadas à adesão de mulheres de classe média ao projeto individualista moderno. Luiz Fernando Dias Duarte (1995) já havia apontado para o fato de que o modelo hierárquico de família em que a esposa estava submissa ao marido vinha sendo tensionado em função de transformações políticas, econômicas e culturais, incluindo a entrada de mulheres das camadas médias no mercado de trabalho e a expansão do feminismo. Muitas interlocutoras fazem parte desse perfil de mulheres com alta escolarização e carreiras profissionais que valorizam para a constituição de si como indivíduos. “Ser mãe” é uma parte importante de como se compreendem no mundo, mas não nos mesmos termos que gerações anteriores.

Um dado que me trouxe *Tereza*, uma das integrantes da coordenação do Mães em Santa Catarina, é a recorrência de divórcios em função do “se assumir” do filho, algo que as histórias que ouvi de participantes de outras regiões parece corroborar como um fenômeno expressivo nas relações de mulheres que participam do coletivo. Talvez seja o caso de uma “[...] afirmação da consanguinidade uterina” e de “[...] relativa

‘expulsão do homem’ das novas unidades de reprodução social [...]” (DUARTE, 1995, p. 37) entre essas mulheres. Autossuficientes economicamente para sustentar a unidade doméstica se necessário e orientadas a projetos de individualização, podem privilegiar o vínculo filial ao conjugal. Além disso, participar de um “movimento político” pode ser mais uma forma de se posicionar no espaço público enquanto indivíduos que aderem a um campo de valores liberais: este da valorização e do respeito às diversidades de sexualidade e de gênero. Por essa via de análise, o que as Mães pela Diversidade parecem evidenciar é que uma maior autonomia individual e econômica das mulheres pode ser um fator importante para a “aceitação” de “filhos LGBT”.

Em João Pessoa, onde o grupo não chega a 10 participantes, o perfil também é marcadamente de mulheres de camadas médias. Porém, há pouca visibilidade pública da associação e a articulação enquanto “movimento político” é ainda muito tímida. *Penélope*, uma liderança local importante, disse-me que estão em um momento de dedicação ao “autocuidado” e ao “fortalecimento” mútuo. As reuniões são jantares nas casas das integrantes, onde conversam, bebem vinho e trocam experiências de forma descontraída. *Penélope* me explicou que o incentivo à visibilidade, com fotos e publicações nas redes sociais, intimida muitas mães de participar da associação, pois não querem ou não podem ser identificadas com o Mães, uma vez que isso implica “assumir” que têm um “filho LGBT”. Não raro, nem toda a família sabe disso, ou o fato ainda não é conhecido por pessoas de seu convívio, como amigos e colegas de trabalho.

Quando as Mães pela Diversidade da Paraíba realizaram uma roda de conversa para familiares de pessoas LGBT no Centro de Cidadania LGBT da prefeitura, uma das poucas atividades públicas da associação organizadas no período em que estive pesquisando em João Pessoa, somente mães que já participavam da associação, pessoas da equipe do serviço e “filhos LGBT” participaram. Algumas mães que fazem terapia psicológica no Centro de Cidadania LGBT haviam sido convidadas e confirmaram que viriam, mas no dia não apareceram. As participantes lamentaram a ausência de mais pessoas e debateram a razão disso: seria o horário, muito cedo pela manhã, o receio de falar em público ou as mães estariam “fugindo” da atividade? *Penélope* imediatamente observou: “Não é fugir. Às vezes é difícil”. Ao longo da conversa, explicou

que “Primeiro vem o choque, aí você tem que lidar com isso. Você quer proteger e muitas vezes isso significa esconder, não falar pra ninguém, não dar pinta. Muitas vezes, nossa violência é pela proteção.”. As outras mães concordaram que o receio da discriminação e da violência é uma preocupação constante. “Eu tinha preconceito de os outros terem preconceito. Eu tinha medo”, contou *Lígia*, uma das integrantes do Mães, que tem uma filha lésbica.

A rejeição da família e dos círculos próximos de amizade e relacionamentos também foi trazida à discussão. “Para quem não sabe, é aquele choque. Uma pessoa disse: ‘Coitada! Meu deus, como você sofre!’, uma aberração. Eu perdi amizades de mais de 15 anos!”, lamentou *Mariana*, mãe de um homem trans. Contou então que entrou para o Mães pela Diversidade em busca de encontrar “apoio” e um espaço para “compartilhar experiências”. “Um grupo ajuda muito. Se a família aceitasse, não seria necessária essa militância que a gente faz”. Nesse ponto, *Mariana* expõe um ponto de vista importante para entender alguns dos impasses das estratégias de mobilização política do Mães: para muitas interlocutoras, o Mães “luta” para tornar as famílias mais acolhedoras para as diferenças de seus filhos e para reformar os valores em torno da homossexualidade e das identidades trans na sociedade, e não por transformações mais amplas em concepções de gênero e sexualidade que tensionem a heteronormatividade como uma característica estrutural.

O discurso das Mães pela Diversidade de “tirar as famílias do armário” suscita questões importantes a respeito do que significa “o armário”, em primeiro lugar, no vocabulário do grupo, e o modo como este foi conceituado por Eve K. Sedgwick (2007). Para as mães, “sair do armário” diz respeito a “aceitar” o filho e a expressar ou tornar pública essa “aceitação” em diferentes contextos de suas vidas, demonstrando “orgulho”. Porém, como uma liderança me explicou, muitas mães “saem do armário no coração”, mas não o fazem publicamente. A partir desse comentário, parece pertinente evocar a compreensão de Sedgwick de que “o armário” não é uma prisão da qual é possível escolher se libertar, mas um regime que controla quais formas de sexualidade, desejo e afeto devem ser vividas em segredo e quais podem ser conhecidas e reconhecidas publicamente. Um dos objetivos da “luta” das Mães pela Diversidade é justamente ampliar as identidades e formas de rela-

cionamento afetivo-sexuais que podem se tornar visíveis e legítimas. Porém, muitas famílias que buscam a associação ainda estão lidando com a administração do “segredo”.

O fato de que há uma presunção de heterossexualidade implícita em grande parte dos espaços da vida social e institucionalizada em muitas outras, significa que gays e lésbicas têm que “sair do armário” infinita vezes ao longo da vida, como observou Sedgwick (2007), e dadas as consequências variadas em termos de sanções sociais, morais e materiais que podem ocorrer, fazê-lo implica sempre um cálculo cuidadoso em que se pesam as relações que estão em jogo, sua importância, o que se pode perder ou ganhar. Assim, parece-me que Sedgwick tem razão quando considera que “sair do armário” para pessoas tão próximas como pais ou cônjuges é frequentemente implicar o outro na administração de um segredo: quando os filhos “saem do armário” para as mães, elas entram “no armário” nas demais relações em suas vidas.

Isso significa que as Mães pela Diversidade precisam lidar com uma questão complicada: como articular um modelo de “luta” que busca “botar a cara no sol”, ou seja, uma política baseada no “orgulho” e na visibilidade, com uma atuação enquanto espaço de “acolhimento” para mães e outros familiares que estão vivendo conflitos com os filhos por sua identidade de gênero ou sexualidade? Isso porque, frequentemente, essas são pessoas “no armário”, ou seja, que terão que lidar com as dinâmicas de revelação e segredo manejando as consequências, em suas relações, para o fato de terem um “filho LGBT”.

Em São Paulo esse modelo consegue se estruturar com eficiência, dado que as características da vida urbana em uma metrópole possibilitam algum grau de anonimato em diversos contextos e permite preservar certas áreas da vida relativamente separadas (VELHO, 2013). Porém, em certos bairros, regiões metropolitanas e cidades de dimensões societárias mais reduzidas, as famílias podem estar situadas em redes de relações de malha estreita que impliquem em um controle normativo mais rígido (BOTT, 2001). Além disso, em muitos casos existem relações de interdependência material, econômica e emocional nas famílias que inviabilizam “rupturas” drásticas com os projetos e valores da parentela extensa. Participar do Mães pode significar exposição a olhares e questionamentos de conhecidos, tornando-se intimidador, mesmo que se fuja de holofotes, das fotos e das postagens nas mídias

sociais que tanto movimentam sua “luta”. Assim, em diferentes contextos nos quais a associação amplia a atuação por meio de coordenadoras, essa articulação tem se mostrado difícil e complicada, de modo que, se nas mídias sociais as Mães são muitas, em alguns lugares as atividades presenciais e os grupos são frequentemente pequenos e muito difíceis de reunir.

O fator visibilidade não é o único. Em lugares como Recife, as mães de camadas populares predominavam nos espaços de luta política e de visibilização pública do grupo, enquanto as mães de camadas médias compareciam mais aos eventos de confraternização, como os piqueniques e as reuniões mensais restritas às participantes. Para essas interlocutoras que vinham de camadas populares, o Mães era importante como agente de transformação social, espaço de “acolhimento” e como uma rede de solidariedade e apoio mútuo para as participantes e muito fortemente para os “filhos LGBT” de famílias que “não aceitavam”, lidando com as precariedades e vulnerabilidades provocadas pelas desigualdades sociais. Assim, uma das preocupações de Gi Carvalho era reunir “voluntários” – psicólogos, advogados, assistentes sociais – para atuar diretamente com os “filhos LGBT” em situações emergenciais, como diante de casos de agressão e violência, expulsão de casa e de pessoas que estavam “em gatilho”, isto é, pensando em cometer suicídio. A principal dificuldade de Gi para atuar no Recife era a falta de recursos para organizar essa rede de apoio. Outro problema era o fato de que as mães mais engajadas na associação tinham empregos extenuantes, cargas horárias de trabalho muito altas e moravam nos municípios da região metropolitana da cidade, de modo que Gi precisava assumir a maioria das atividades e demandas sozinha durante a semana.

Como vimos, as diferentes características sociais e econômicas das participantes, os lugares em que habitam e as distâncias em relação aos locais onde ocorrem os encontros, as condições de transporte para chegar às atividades e reuniões, suas relações e responsabilidades familiares envolvendo trabalho doméstico e de cuidado dos filhos e a disponibilidade de tempo livre fora da dupla jornada de trabalho são outros aspectos fundamentais. Além disso, conheci mães que evitavam se expor porque os próprios filhos desejavam anonimato ou porque consideravam que a exposição poderia colocá-los em risco de sofrer discriminação e violências. Esses casos ocorriam principalmente

quando os filhos ainda eram crianças ou adolescentes e, por isso, vistos como mais vulneráveis a situações em que não saberiam, poderiam ou conseguiriam se defender.

MÃES, PAIS E FILHOS QUE SÃO “PELA DIVERSIDADE”

Na seção anterior, detive-me a examinar aspectos relacionados às formas de mobilização política e atuação das Mães pela Diversidade em diferentes contextos nos quais têm coordenadorias, apontando elementos para entender as diversas configurações locais, suas estratégias e dificuldades para se articular como “movimento político” e os paradoxos da política que pretende tanto “acolher” quanto “botar a cara no sol”. Aqui, quero analisar brevemente a trajetória de duas interlocutoras que participam do Mães, assim como tecer considerações sobre as diferentes categorias de classificação e organização das e dos integrantes, as quais distinguem posições, performances e relações possíveis e desejáveis entre os membros do grupo.

Voltemos então para *Marta*, de Natal, e *Cristiane*, de São Paulo, que conhecemos antes, para entender como sua participação no Mães é articulada a outras dimensões de suas vidas e à relação com os filhos e com a família. Para *Marta*, a homossexualidade de sua filha não era uma questão que necessitava elaboração à época que entrou na associação. Com uma trajetória de engajamento em coletivos e grupos de militância política que começara com a participação em grupos de jovens da Igreja Católica, estendendo-se depois ao movimento feminista e estudantil, *Marta* fora na verdade convidada por Maju a integrar o Mães para atuar na formação de uma coordenadoria no Rio Grande do Norte. O Mães era, assim, mais uma atividade de engajamento em movimentos sociais a que *Marta* se dedicava. O convite que recebera da coordenação nacional fora fruto de um reconhecimento de sua trajetória e de sua experiência no campo dos estudos de gênero, ao qual orientava sua carreira acadêmica.

Cristiane, por outro lado, ingressou no Mães a convite da pediatra de seus filhos, uma médica que integra o grupo de especialistas da medicina entre as Mães de São Paulo. A pediatra a procurou para conversar depois que viu a então “filha” adolescente de *Cristiane* mudar o perfil no Facebook para um nome masculino: *Heitor*. Algum tempo

antes disso, *Heitor* havia postado um pedido de ajuda no grupo aberto do Mães no Facebook, pois precisava contar para a família que estava iniciando a transição de gênero para viver socialmente uma identidade masculina como homem. Assim, *Cristiane* entrou no grupo a partir da proposta de acolhimento de mães e pais que precisam de apoio, buscando aconselhamento e suporte. Aos poucos, passou a participar dos encontros e se tornou também uma das participantes do grupo de advogadas do Mães. Na época em que conversamos, estava há um ano e meio na associação e era indicada para ministrar palestras sobre direito voltado à “população LGBT” e sobre sua experiência como “mãe de menino trans”. Ela também estava utilizando o serviço de uma advogada do grupo que faz a mudança de prenome e sexo no registro civil de pessoas transexuais para a retificação dos documentos de *Heitor*.

Cristiane e *Marta* exemplificam dois perfis de mães que participam da associação: as mães “acolhidas” e as mães que “botam a cara no sol”. Além destas, existem também as que acompanham o grupo virtualmente, podendo ou não ter alguma participação online nos grupos do Mães ou no próprio perfil pessoal do Facebook, assim como ir ocasionalmente a algumas atividades presenciais. No estande das Mães pela Diversidade na Feira Cultural da Diversidade de 2017, aproximei-me de uma mulher com a camiseta do Mães que de um canto da tenda observava a movimentação dos outros integrantes. Ela me explicou que entrou no Mães por insistência do filho gay, que a presenteou com a camiseta que estava vestindo. Contei então que minha mãe acompanha o grupo virtualmente, mas se sente pouco confortável para participar de atividades coletivas e públicas. Ela abriu um sorriso, me abraçou e disse: “Eu sou como a sua mãe!”. Para essa interlocutora, como para a minha mãe e tantas outras, participar do Mães, seja pelas redes sociais, ou utilizar seus símbolos em camisetas ou outros objetos, pode ser apenas uma forma de demonstrar “aceitação” ao filho.

Ainda que seja um grupo composto majoritariamente por mulheres, também existem pais que participam do Mães pela Diversidade. No meu período de pesquisa de campo, tive um contato mais direto com apenas três deles. Um dos pais me disse que não considera que “participa” do Mães, embora tenha frequentado algumas atividades no processo de entender a transição de gênero de seu filho, pressionado pela mãe dele, sua ex-namorada, que também estava participando da associação em

Pernambuco. Já os dois outros pais são precisamente os mais presentes nas atividades e articulações da coordenação nacional. No final de 2018, um grupo de “Pais pela Diversidade” foi criado com a intenção de trazer mais homens para participar da associação. O entendimento, então, era que os pais também precisavam de um espaço próprio para dialogar e trocar experiências entre pares, pois tinham questões e conflitos distintos daqueles vividos pelas mães. Além disso, falou-se também que o espaço separado era importante porque muitos homens poderiam se sentir pouco à vontade para conversar sobre certas questões se estivessem entre mulheres.

Bruno, um corretor de seguros, branco, na faixa dos 30 anos, que foi o meu primeiro contato para me aproximar do Mães, rapidamente explicou-me que está no grupo como “filho” e como “pai”, pois é bissexual e tem uma filha também bissexual. Talvez por sua dupla pertença enquanto “filho” e “pai”, não é a ele que as mães se referem como “o pai” no grupo de mães. Essa posição é concedida a Avelino Fortuna, que, como já mencionei, é um dos fundadores do Mães e uma liderança de Goiás. A dramática e dolorosa história da morte de seu filho gay, Lucas Fortuna, vítima de violência homofóbica, parece ser conhecida por integrantes de todos os estados. Quando conversávamos durante a confraternização do Mães no Castro Burguer, evento a que me referi antes, observei uma menina chamá-lo de “pai”. Perguntei se aquela menina que o cumprimentara era a sua filha, ao que ele riu e me explicou que não, esclarecendo-me que no grupo todo mundo o chama de “pai” porque ele é o único que “bota a cara no sol”. Portanto, faz o papel de “pai simbólico”.

Observei Avelino levantar-se prontamente para ajudar a carregar algumas caixas com camisetas e outros itens que seriam comercializados durante a confraternização, o que poderia ser interpretado como um papel tipicamente masculino ou paterno. Logo depois, ele trocou as calças por uma saia florida, com a qual permaneceu até o fim do encontro. Usar a saia tem um sentido importante para Avelino, pois simboliza a relação com seu filho, que participava do Movimento Pró-Saias vestindo e fazendo o uso político da peça (NOVAIS, 2018). Enquanto um “pai simbólico”, Avelino talvez atualize alguns significados para a paternidade no sistema simbólico de parentesco, até mesmo garantindo que em um grupo que legitima a sua atuação pela evocação da

“mãe” não falte um “pai” que complemente a relação parental. Por outro lado, Avelino não se coloca como um “pai” tradicional quando utiliza um vocabulário gay para se expressar e quando brinca com a sua masculinidade utilizando uma peça do vestuário feminino.

Tanto *Bruno* quanto Avelino “botam a cara no sol” e chegaram ao Mães a partir de uma trajetória anterior em outros movimentos sociais. Entretanto, para Avelino, foi o evento dramático da morte de seu filho que mobilizou sua adesão à “luta”. *Bruno*, por sua vez, se qualifica também como “filho” e é um dos coordenadores do grupo de “Filhos das Mães”. Na época que conversamos, os “Filhos das Mães” haviam recém deixado de ser exclusivamente um grupo de WhatsApp para se organizar e se reunir também presencialmente. *Bruno* caracteriza outro perfil de pessoas que participam do Mães: homossexuais, bissexuais e pessoas trans que têm filhos. Como *Bruno*, também conheci em São Paulo um casal lésbico e uma mulher transexual lésbica, que me disse ser mãe dos filhos da companheira.

Entre os “filhos”, as “mães” e os “pais” que participam da associação, existem regras que definem limites para as relações no âmbito do Mães. É recorrente, nas coordenadorias de cada estado, que existam “salas” ou “grupos” de Facebook ou WhatsApp separados: alguns são comuns a filhos e mães e outros são exclusivos para “mães” ou para “filhos”. Isso ocorre, por um lado, porque muitas “mães” não se sentem confortáveis de expor seus dilemas, conflitos e experiências aos “filhos LGBT”. Mas existem outras razões. Uma liderança me explicou que as relações entre “mães” e outros “filhos LGBT” podem se tornar complicadas, pois algumas confundem seu papel como Mães pela Diversidade e querem substituir as mães verdadeiras desses filhos. Assim, podem “colocá-los para dentro de casa”, dar dinheiro e oferecer afeto ultrapassando limites do que a coordenação do Mães entende que lhes cabe fazer em relação aos conflitos de outras famílias. Acreditam que essas relações podem se tornar confusas e conturbadas para a “mãe” e para o “filho”. Evitar essas situações foi uma das razões para o fim da prática de “marcações” no Facebook pedindo ajuda ou abrigo para um “filho” que foi “expulso de casa”. A interlocutora enfatizou que não cabe a elas ocupar o lugar de mãe dos jovens que as procuram pedindo ajuda, mas sim fazer o possível para apoiar e mediar a reconciliação da família que está com problemas. Desestimulam, portanto, que “mães” e “filhos”

que se conhecem no “movimento” construam vínculos desse tipo. Nesse sentido, as Mães pela Diversidade tendem a reforçar a prevalência e a manutenção de um modelo de família em torno de laços jurídicos e/ou de sangue, assim como a crença no “amor” entre seus membros e a ideia de que é função da família de origem ou biológica “cuidar” e prover as necessidades materiais e afetivas de um filho.

Embora muitos “filhos” procurem as Mães pela Diversidade porque querem conselhos ou apoio para lidar com a família ao assumir a sexualidade ou a identidade de gênero, eles se aproximam também buscando não só a manutenção ou a reconciliação dessas relações, mas a construção de outros vínculos de afeto, carinho e cuidado. No Recife, observei como alguns “filhos” demonstravam respeito pelas “mães” pedindo “a benção”, o que é uma prática comum nas relações entre pais e filhos católicos em algumas regiões do Brasil. Para muitos dos “filhos LGBT” que participam do Mães, essa é também uma forma de performar a relação entre filho e mãe, assim como o seu valor, quando vivem por vezes situações conflituosas e violentas com suas próprias mães. Ao fazê-lo, iniciam a interação evocando o vínculo filial (afetivo e hierárquico) que constitui a prática, de modo que quando pedem a “a benção”, estão demonstrando respeito enquanto filhos, esperando em retorno o afeto materno (MAYBLIN, 2012).

Por outro lado, também não é incomum que “filhos”, especialmente homens trans, enxerguem algumas mulheres do grupo de “mães” como possíveis parceiras para relacionamentos sexuais ou amorosos. A análise de Valle (2002) sobre as relações de convivência no Grupo Pela Vidda nos mostrou como pode haver uma “lógica da sociabilidade” que é distinta da “lógica de trabalho” e da ideologia dominante de uma organização, de modo que formas de associação ou distinção variadas podem ocorrer entre as pessoas que circulam e se cruzam em eventos e atividades. Assim, apesar de desencorajadas pelas coordenações do Mães, a sociabilidade entre “mães”, “pais”, “filhos” e pessoas de outros coletivos e organizações do “movimento LGBT” também podem envolver a sedução e o flerte.

Embora muitas vezes essas situações sejam profundamente desestabilizadoras para “mães” que sempre se identificaram como mulheres heterossexuais e jamais cogitariam se relacionar com outra mulher ou com um homem trans, em outros casos provocam fantasias sobre

a possibilidade de concretizar a relação, chegando inclusive a fazê-las repensar a própria orientação sexual. Não é raro que “mães” tenham tensões e conflitos com maridos e namorados que reprovam sua participação quando sabem que existem homens frequentando os espaços e atividades. Também soube do caso de uma “mãe” que brigou com outra por ciúmes do marido, levando o casal a se desligar da associação. De um modo geral, a vida conjugal, sexual e afetiva de mulheres que aderem aos grupos de “mães” pode ser um complicador para o seu envolvimento na associação, além de tensionar a lógica que organiza as relações entre integrantes e a atuação da entidade como “mediadora” dos conflitos familiares.

As pessoas que participam das Mães pela Diversidade são, assim, tornadas “filhos”, “mães” ou “pais”, de modo que a forma de organização e de relação que se pretende dominante, replica as posições e as distinções de gênero e geração em uma família. Embora a manutenção dessas diferenças seja considerada necessária e estratégica para conseguir se aproximar das famílias e trazer pessoas para participar da associação, a forma como reificam certas posições e relações de gênero e parentesco ao classificar os participantes em “grupos” talvez seja outro paradoxo do Mães enquanto “movimento político”. Assim, vimos que, ao mesmo tempo em que mulheres subvertem o tradicional lugar atribuído à maternidade no espaço doméstico, ocupando o espaço público para lutar pela “diversidade” de gênero e sexualidade, o fazem em nome do “amor materno”, atualizando este atributo de feminilidade que vem sendo refutado há décadas pelos movimentos feministas pelas suas consequências para a maternidade compulsória e para a naturalização do trabalho doméstico de cuidado dos filhos por mulheres.

Por sua vez, os homens, para somar à “luta pela causa”, também necessitam transformar não apenas o “machismo” e a “homotransfobia” como um valor estruturante da sua masculinidade, mas das suas relações com outros homens, uma vez que devem também se visibilizar como pais que “botam a cara no sol”. Talvez por isso vimos que a participação de pais na associação seja tão reduzida, mesmo que agora tenham um grupo próprio. Porém, uma vez que estão nesse espaço, ocupar o “lugar simbólico” de “pai” significa frequentemente atualizar a complementaridade entre homens e mulheres e a heteronormatividade, esta possivelmente uma das maiores barreiras à luta por valo-

rização e respeito às diversidades de gênero e de sexualidade a que se propõem as Mães pela Diversidade.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, K. L. The Language of (In)Visibility: Using In-Between Spaces as a Vehicle for Empowerment in the Family. *Journal of Homosexuality*, v. 58, n. 6-7, p. 883-900, jul. 2011.

BADINTER, E. *Um amor conquistado: O mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARATTO, C. C. *Mães pela Diversidade: Trajetórias políticas de mulheres-mães do Rio Grande do Sul*. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

BECKER, H. S. *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOTT, E.. *Family and social network: Roles, norms and external relationships in ordinary urban families*. Abingdon: Routledge, 2001.

BRAINER, A. *Queer kinship and family change in Taiwan*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2019.

CARSTEN, J. Introduction: cultures of relatedness. In: CARSTEN, Janet (org.). *Cultures of relatedness: New approaches to the study of kinship*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p. 1-36.

COSTA NOVO, A. L. *Famílias em transição: uma etnografia sobre relacionalidade, gênero e identidade nas vidas trans*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

DUARTE, L. F. D. Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família. In: RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO, Ana Clara (ed.). *Família em processos contemporâneos: Inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola, 1995. p. 27-42.

FONSECA, C. Amor e família: vacas sagradas da nossa época. In: RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO, Ana Clara (ed.). *Família em processos contemporâneos. Inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola, 1995. p. 69-90.

FONSECA, C. Apresentação. Da família, reprodução e parentesco: Algumas considerações. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 29, p. 9-35, jul-dez. 2007.

GIORGI, M. *Apresentação das Mães pela Diversidade*. Grupo Nacional Mães pela Diversidade, Facebook, 5 de outubro de 2015. Acesso em 28 de junho de 2020.

GOFFMAN, E. *Estigma: Notas sobre manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GUPTA, A.; FERGUSON, J. Discipline and practice: ‘The Field’ as site, method and location in Anthropology. In: GUPTA, Akhil; FERGUSON, James (ed.). *Anthropological*

- locations: Boundaries and grounds of a field science*. Berkeley: University of California Press, 1997. p. 1-46.
- LUTZ, C. *Unnatural emotions: Everyday sentiments on a Micronesian atoll and their challenge to western theory*. The University of Chicago Press, 1998.
- MAUSS, M. A expressão obrigatória dos sentimentos (1921). In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto (org.). *Marcel Mauss: Antropologia*. São Paulo: Ática, 1979. p. 147-153.
- MAYBLIN, M. The Madness of Mothers: Agape Love and the Maternal Myth in Northeast Brazil. *American Anthropologist*, v. 114, n. 2, p. 240-252. 2012.
- NOVAIS, K. C. *Gestos de amor, gestações de lutas: Uma etnografia desenhada sobre o movimento Mães pela Diversidade*. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.
- OLIVEIRA, L. *Os sentidos da aceitação: Família e orientação sexual no Brasil contemporâneo*. 2013. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- OLIVEIRA, L. A “vergonha” como uma “ofensa”: Homossexualidade feminina, família e micropolíticas da emoção. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 25, n. 54, p. 141-171, mai-ago. 2019.
- ROSALDO, M. Z. Em direção a uma antropologia do self e do sentimento. *RBSE*, v. 18, n. 54, p. 31-49, dez. 2019.
- SAHLINS, M. *What kinship is... and is not*. Chicago: The University of Chicago Press, 2013.
- SCHNEIDER, D. *Parentesco Americano: Uma abordagem cultural*. Petrópolis: Vozes, 2016.
- SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 28, p. 19-54, jan-jun. 2007.
- STRATHERN, M. Necessidade de pais, necessidade de mães. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 303-329. 1995.
- VALLE, C. G. Identidades, doença e organização social: Um estudo das “pessoas vivendo com HIV e AIDS”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 8, n. 17, p. 179-210, jun. 2002.
- VELHO, G. Unidade e fragmentação em sociedades complexas. In: VELHO, Gilberto. (org.). *Um antropólogo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 110-124.
- WESTON, K. *Families we choose: Lesbians, gays, kinship*. New York: Columbia University Press, 1991.